

**ATA 2269ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às nove horas,
2 realizou-se a segunda milésima ducentésima sexagésima nona reunião Plenária
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, de forma
4 on-line, por meio da Plataforma Zoom. Participaram 23 (vinte) conselheiras/os, sendo
5 estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Ana Tereza da Silva Marques,
6 Camila Andrade de Oliveira, Camila Prandini Prandini, Davi Rodriguez Ruivo
7 Fernandes, Dreyf Assis Gonçalves, Eduardo de Menezes Pedroso, Fabiana Macena
8 Luiz, Gabriela Alvim de Oliveira Freitas, Giseli de Fátima Assoni, Ione Aparecida
9 Xavier, Janáina Darli Duarte Simão, Leonardo Maggi Gambatto, Lilian Suzuki, Luciane
10 de Almeida Jabur, Magna Barboza Damasceno, Maria da Gloria Calado, Maria da
11 Piedade Romeiro de Araujo Melo, Marta Eliane de Lima, Monica Cintrão França
12 Ribeiro, Murilo Centrone Ferreira, Talita Fabiano de Carvalho, Tayná Alencar Berti de
13 Souza e Wilson Flávio Lourenço Nogueira. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**
14 **Justificativas de Ausência** – Foram consideradas as justificativas de ausência
15 das/os conselheiras/os Annie Louise Saboya Prado, Sonia Maria Motinho da Silva e
16 Ivani Teixeira Mendes. Também justificada a ausência o coordenador da Subsede
17 Baixada Santista e Vale do Ribeira. **1.2) Apresentação Ana Mielke** - Ana Mielke, que
18 compõe o quadro do CRP SP enquanto coordenadora de comunicação, desde
19 02/01/2023, se apresenta. Informa que estará mais na coordenação da Unidade de
20 Comunicação, com o dia-a-dia. Enquanto Tiara Vaz passa a cuidar mais
21 proximamente da Comunicação institucional. Informa que realizaram a primeira
22 reunião da Comissão de Comunicação, na última quarta-feira. Esperam manter essa
23 reunião em formato semanal, de modo a estarem sempre alinhados com os
24 posicionamentos da gestão. As/Os conselheiras/os da Comunicação apresentarão
25 propostas na plenária, que foram levantadas nessa primeira reunião. A primeira seria
26 a pauta do Jornal Psi e a outra a proposta de um novo produto, de cobertura das
27 plenárias, para que tenham um material, que leve às/aos psicólogos o que tem sido
28 discutido, em conformidade com aquilo que a categoria tem demonstrado mais
29 interesse. **1.3) ULAPSI - Congresso** – Talita Fabiano de Carvalho explica que neste
30 momento, trata-se apenas de um informe, mas que posteriormente, haverá ponto de

31 pauta sobre o Congresso da Ulapsi. Explica que a Ulapsi - União Latino-Americana
32 de Entidades de Psicologia. No Brasil, há 22 (vinte e duas) entidades associadas,
33 entre elas, o Conselho Federal de Psicologia e o CRP SP. A maior parte dos
34 Conselhos Regionais são associados à Ulapsi. Tanto a Ulapsi, quanto a Ulapsi Brasil,
35 são formadas por Secretaria Executiva e Conselho Deliberativo. A cada dois anos é
36 realizado o Congresso da Ulapsi. Informa que está na titularidade da representação
37 do CRP SP na Ulapsi, pois, pelo Regimento da Ulapsi, as representações devem ser
38 realizadas pelas presidências das entidades. Maria da Glória Calado, enquanto
39 conselheira vice-presidenta, está na suplência da representação. Na reunião das
40 entidades brasileiras, é discutida a conjuntura política e caminhos da Psicologia, que,
41 posteriormente, serão levados às reuniões do Conselho Deliberativo, para que sejam
42 feitas ações para discutir a Psicologia na América Latina. Uma das pautas tratadas,
43 é a organização do Congresso. Relata que no ano de 2021, o Congresso foi realizado
44 em modalidade totalmente on-line, embora tenha tido como base o Uruguai. O CRP
45 SP participou com diversas mesas, debatendo aquilo que estavam produzindo no
46 estado. Dessa vez, o Congresso será realizado na modalidade presencial, novamente
47 em Montevideu, no Uruguai. Junto ao Congresso, acontece a Assembleia da Ulapsi,
48 onde são recompostos os Conselhos Deliberativo e Executivo. Enquanto entidade
49 filiada à Ulapsi, o CRP SP pode propor mesas para discussão. Uma questão que
50 impactará mais na participação para o Congresso em 2023 é a questão do custo. Na
51 modalidade on-line o custo era muito reduzido. Disponibiliza ao plenário o link com os
52 5 Eixos temáticos do Congresso (https://congresoulapsi2023.org/?page_id=33), bem
53 como do Drive, onde as/os conselheiras/os podem inserir os temas que estiverem
54 pensando. A ideia é que possam preencher a planilha do Drive, para que possam,
55 depois, fazer a discussão sobre os grandes temas que serão propostos pelo CRP SP
56 para o Congresso. No período da tarde, nesta plenária, já com os temas indicados,
57 será feita a discussão. No dia 12 de fevereiro haverá uma reunião, onde apresentarão
58 as propostas para as demais entidades. Prazo para dizer de nossa participação: 12
59 de fevereiro. Em 12 de fevereiro haverá reunião e serão apresentadas as propostas.

60 **II) APROVAÇÃO DA ATA DA 2261ª PLENÁRIA ORDINÁRIA** – A conselheira
61 secretária, Lilian Suzuki, submete ao plenário a ata da 2261ª Plenária Ordinária,
62 realizada em 26 de novembro de 2022. A minuta do documento foi encaminhada, por
63 e-mail, às/aos conselheiras/os em 18 de janeiro de 2023, para leitura prévia.

64 **Encaminhamento:** Aprovada a ata da 2261ª Plenária Ordinária, sem alterações. III)
65 **COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES E OUTRAS – 3.1)**
66 **Subsede Campinas** - Proposta a exclusão da subcoordenadora da Comissão
67 Gestora, Claudia Capelini Picirili (CRP 06/86765). **Encaminhamento:** Aprovada a
68 exclusão proposta. **3.2) Comissão de Ética – COE - 3.2.1) Subsede Alto Tietê -**
69 Proposta a inclusão de Maikel Messias Garcia Silva (CRP 06/148377) e Julia Monteiro
70 Rodrigues (CRP 06/181487) como colaboradoras/es de COE; **3.2.2) Subsede São**
71 **José do Rio Preto** - Proposta de inclusão de Daniela Fernanda Simioni Vieira (CRP
72 06/140593) como membra; **3.2.3) Subsede Metropolitana** - Proposta a exclusão
73 das/os colaboradoras/es Anisha Gonçalves Santana (CRP 06/123041), Erika Lee da
74 Silva (CRP 06/148502), Gabriel Jacques Wahrhaftig (CRP 06/113230) e Natália
75 Aparecida da Silva (CRP 06/144439), bem como a inclusão de Antonio Alexandre de
76 Lima (CRP 06/136298), Beatriz Borges Brambilla (CRP 06/98368), Kevin Marcel
77 Heidmann (CRP 06/149248), Ricardo Santoro (CRP 06/69925), Tatiane Ribeiro de
78 Carvalho (CRP 06/157964) e Viviane Suzano Martinhão (CRP 06/107410). **3.2.4)**
79 **Subsede Campinas** – Proposta a inclusão de Claudia Capelini Picirili (CRP 06/86765)
80 como membra; **3.2.5) Subsede Sorocaba** - Proposta a inclusão de Beatriz de Barros
81 Fernandes (CRP 06/168507) e Marcelo Barros Georgetti (CRP 06/167317) como
82 colaboradoras/es. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões e exclusões propostas.
83 **3.3) Comissão de Orientação e Fiscalização - 3.3.1) Subsede Campinas** - Proposta
84 de inclusão de Tania Azevedo (CRP 06/139220) como membra e a exclusão da
85 membra Claudia Capelini Picirili (06/86765). **3.3.2) Subsede Ribeirão Preto** - Proposta
86 a inclusão das/os colaboradoras/es Alessandra Alves Patricio (CRP 06/89220), Ana
87 Carla Ramos Vital (CRP 06/110469), Bruna Dias Batista (CRP 06/159849), Carolyne
88 Barbosa Vitorazzi (CRP 06/131170), Dayana Coelho Souza (CRP 06/86071), Edna
89 da Silva Costa (CRP 06/44882), Júlia Cintra Faria (CRP 06/135115), Julia Ribeiro
90 (CRP 06/129374), Kley Anderson de Moraes (CRP 06/120636), Luciana Alonso (CRP
91 06/122728), Maria Cristina Aiello Francelin (CRP 06/18099), Mariana Araujo Noce
92 (CRP 06/51833-4), Mariana Fortunata Donadon (CRP 06/120266), Mariele Roberta
93 Capareli (CRP 06/160791), Natália Amaral Antunes (CRP 06/129862), Roberta
94 Brenda Saravalli Nascimento (CRP 06/159697), Taís Elene Junqueira Neme (CRP
95 06/69826) e Walquiria Marques Peixoto Pazeli (CRP 06/94326). **Encaminhamento:**
96 Aprovadas as inclusões e exclusões propostas. **3.4) Comissão de Direitos Humanos**

97 - **CDH** - Proposta a exclusão da membra Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895).
98 Considerações das/os presentes: 1) Dreyf Assis Gonçalves pondera que
99 frequentemente estão repassando deliberações para outros espaços, ao mesmo
100 tempo em que se indica que a plenária é o espaço de diálogo das/os conselheiras/os.
101 Estão identificando que nesse espaço passaram nomes que não deveriam ter
102 passado. Considera temerário que repassem decisões para outros espaços, uma vez
103 que este é o espaço legítimo para deliberações. As Comissões possuem caráter de
104 assessoramento ao plenário, bem como a Diretoria é o órgão executivo. Pontua que
105 não deu continuidade à representação no FETSUAS porque não concorda com a
106 priorização de um espaço que, por mais histórico e importante que tenha sido, dilui a
107 força de trabalho objetiva, o que não está ao menos sendo comentado neste espaço.
108 Não estão fazendo reuniões para discutir as coisas, estão fazendo reuniões para
109 validar o que é decidido e, dessa forma, estão avaliando as questões sem
110 aprofundamento e discussão, ficando na superficialidade. Não consegue acompanhar
111 esse tipo de condução, que não é honesta politicamente. Quando questionam algo,
112 para discutir, a discussão é encaminhada para discussão por algum outro coletivo ou
113 Planejamento Estratégico. Não se sente confortável em ordenar despesas em uma
114 instituição que gere as coisas dessa forma. 2) Talita Fabiano de Carvalho indica que,
115 o acordo que tinham tirado sobre a composição da Comissão de Direitos Humanos
116 era que, até o Planejamento Estratégico, quando farão discussão sobre o que
117 Comissão teria como prioridades, não aprovariam a entrada de colaboradoras/es. 3)
118 lone Aparecida Xavier indica que já aprovaram as pessoas que comporiam a CDH,
119 que seriam as/os conselheiras/os. Estão caminhando nessa perspectiva das que
120 foram aprovadas, se reunindo semanalmente. Estão pensando em realizar reuniões
121 ampliadas, que já há proposição de datas. Reuniões estão sendo previstas, inclusive,
122 da ampliação da participação das/os conselheiras/os. O que ainda será discutido é a
123 forma como darão encaminhamento a esse movimento que tem ocorrido nas
124 Subsedes, de aproximação à categoria, pensando nas/os colaboradoras/es, que
125 entende que inclui de CDH. Precisam definir como seguirão, após o Planejamento
126 Estratégico, com as subsedes. Ficou pactuado que no PE trariam sugestões de como
127 organizariam de modo que o plenário demandaria as Comissões e não seriam
128 demandados, como seguirão com todas as datas, trabalhos, representações são
129 questões que estão sendo pensadas para o PE. 4) Após verificarem a listagem de

130 nomes aprovados para compor a CDH, indica-se que não há somente a inclusão de
131 conselheiras/os na Comissão. Ressalta-se que, até o momento, o entendimento do
132 Plenário é que somente conselheiras/os compõem a Comissão de Direitos Humanos.
133 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão proposta. **IV) REPRESENTAÇÕES EM**
134 **ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL E OUTRAS ENTIDADES - Fórum Estadual de**
135 **Trabalhadoras E Trabalhadores do SUAS de São Paulo – FET SUAS/SP -**
136 Proposta a inclusão de Janaína Darli Duarte Simão (CRP 06/47523) como
137 representante titular do CRP SP no FET SUAS/SP. **Encaminhamento:** Aprova-se a
138 inclusão de Janaína Darli Duarte Simão enquanto representante titular no CRP SP no
139 FET SUAS/SP. **V) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA**
140 – Apresenta-se para apreciação do Plenário os processos de pessoas física e jurídica
141 inscritas no CRP SP. **Encaminhamento:** O Plenário homologa os seguintes
142 processos: Pessoa física – 421 (quatrocentas e vinte e uma) novas inscrições e
143 reativações; 21 (vinte e uma) inscrições secundárias; 78 (setenta e oito) transferências
144 em geral e 217 (duzentos e dezessete) cancelamentos a pedido e óbito. Pessoa
145 jurídica – 330 (trezentos e trinta) registros e reativações e 19 (dezenove)
146 cancelamentos. Totalizaram-se 1.086 (mil e oitenta e seis) processos analisados,
147 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI) COMISSÃO DE ANÁLISE**
148 **PARA CONCESSÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA – 6.1) Apresentação do novo**
149 **fluxo** - Eduardo Menezes de Pedroso inicia a apresentação indicando que com a
150 vigência da Resolução CFP n° 023/2022, há mudança nos fluxos para concessão de
151 título de especialista. Prepararam apresentação que traz um panorama geral do que
152 foi alterado. Considerações do plenário: 1) Dreyf de Assis Gonçalves indica que teve
153 dificuldades para compreender. No e-mail que receberam para acessarem os dados
154 dos títulos para os quais se indicava o indeferimento, sentiu falta de algo mais
155 sintético. Entendo que se precisam validar algo na plenária, precisam consultar
156 documentos. Questiona se os documentos a serem consultados, serão consultados
157 durante a plenária. Tem dúvida do que estarão validando e quais os critérios. Parece-
158 lhe, ainda, que já há uma estrutura para a CARPE, com trabalhador administrativo
159 tomando as providências. E, assim, questiona por qual razão há Comissões que já
160 contam com estrutura e outras não. 2) Eduardo Menezes de Pedroso pontua que
161 explicará o novo fluxo e, a partir disso, entende que as/os conselheiras/os ficarão mais
162 elucidados. Contextualiza que a antiga Comissão, a Comissão de Análise do Título

163 de Especialista (CATE), tinha um *modus operandi* em relação à análise dos títulos e
164 ao funcionamento da Comissão: as Psicólogas Analistas Técnicas – PATs, faziam a
165 análise dos processos e encaminhavam para validação das/os conselheiras/os de
166 CATE. Os pedidos que a análise era pelo indeferimento, eram discutidos na última
167 reunião da CATE antes da plenária e os números trazidos para a plenária, quando
168 as/os conselheiras/os referendavam esse trabalho da Comissão. Agora, com a nova
169 Resolução, que institui a CARPE - Comissão de Análise de Registro de Psicóloga(o)
170 Especialista, a dinâmica de análise foi alterada: as próprias conselheiras/os e
171 colaboradoras/es serão as/os responsáveis por realizar a avaliação, e o plenário
172 homologa o indeferimento. Essa é a proposta que será apresentada hoje, no momento
173 de avaliação dos títulos. Juliana dos Anjos, Coordenadora de COF, apresentará os
174 fluxos novos, para que todas/os possam tirar suas dúvidas, já que agora o processo
175 envolverá a todas/os. 3) Pontua-se que também ficou confuso ao receber o e-mail,
176 uma vez que não compõe a CARPE, então não tinha entendido o porquê dos
177 processos terem sido encaminhados para ele. 4) Talita Fabiano de Carvalho explica
178 que, por força da nova resolução, os indeferimentos devem ter acórdão individual,
179 que é um documento que deve ser assinado pela plenária. Então, precisarão ler os
180 processos e entender se estão ou não de acordo com o indeferimento. A plenária se
181 posicionará a partir do parecer a ser elaborado pela/o conselheira/o ou
182 colaboradora/or. 5) Dreyf de Assis Gonçalves indica que a CARPE ordena despesas,
183 tanto quanto for necessário, assim como COE e COF. Que as questões centrais sobre
184 essas Comissões nem sempre são trazidas à plenária. Se há mudança no papel da/o
185 conselheira/o, o assunto já devia estar sendo discutido pelo plenário há mais tempo,
186 não somente recebendo informes. Somente soube que haveria mudança no seu papel
187 com essa Comissão quando recebeu o e-mail com os títulos a ser analisados nesta
188 plenária. Indica se, caso tenham sido feitos combinados verbais com
189 trabalhadoras/es, não tem como ele arcar com isso. Para que possa tomar decisões,
190 o mínimo é que executem as coisas pela norma. Mas, a norma é sempre transgredida
191 em função de uma dinâmica pré-existente. Adiciona que não possui assessoras/es ou
192 trabalhadoras/es ao seu dispor, a quem possa delegar as coisas. Diz que, desde
193 outubro de 2022, vem dizendo que a Subsede Bauru não tem o quantitativo necessário
194 de funcionários, que há questões muito sérias de relações de trabalho de
195 funcionários/as. Passou por reunião que foi vexatória de ouvir, com a instituição

196 personalizando no território uma decisão que é macro, com a definição de que a
197 subsede que deveria resolver a questão, mobilizar. Considera isso desonestidade
198 política. Se houve mudança no processo, precisam fazer parte do processo de
199 mudança ou que seja fornecido um subsídio muito didático, de outra forma, fica dado
200 que precisa aprovar sem ler. O CRP é um órgão público, que precisa seguir regras
201 que se destinem a esse tipo de instituição, que se diferem daquelas da Academia ou
202 de um debate sociológico e filosófico. Há regras muito explícita. Não se discute, por
203 exemplo, a problemática da assessoria jurídica, que há muitos anos e diversas
204 licitações, mantêm-se o mesmo assessor. Fez o questionamento e ainda não recebeu
205 nenhuma comunicação da Comissão de Licitação, e essa assessoria pautando o
206 plenário para decisões que estão gerando ônus institucional e não estão tendo
207 informações e debates antes das decisões, somente depois que já está decidido.
208 Considera que está numa posição desconfortável de ter que ficar questionando e
209 levantando aquilo que deveria ser informado às/aos demais conselheiras/os, que era
210 algo discutido desde a formação da chapa. Pede que conste que não possui condições
211 objetivas para tomar decisões sobre a CARPE. 6) Lilian Suzuki pontua que Dreyf se
212 adiantou a uma série de questões que serão apresentadas pela coordenadora Juliana
213 dos Anjos. 7) Eduardo Menezes de Pedroso recorda que a Resolução vem sendo
214 discutida há bastante tempo, e entrou em vigor agora. Apresentação do novo fluxo:
215 Juliana dos Anjos retoma que a Resolução é fruto de um debate nacional que foi feito.
216 O CRP SP compôs o GT nacional, representado pela conselheira Lilian Suzuki. Dentro
217 desse GT, foram fazendo diversos diálogos e pensando como corrigir diversos
218 prejuízos que a Resolução anterior tinha e que dentro dos regionais poderia causar
219 algum tipo de questionamento e nulidade da decisão. Entende o que foi exposto pelo
220 conselheiro Dreyf Assis, mas trata-se de uma resolução que foi construída justamente
221 para evitar que possam responder por não cumprimento ou por ausência de ciência
222 das informações que estão sendo apresentadas. Faz apresentação, então, dos novos
223 fluxos. Iniciando com a construção histórica sobre especialidades da Psicologia.
224 Explica que a CATE era Comissão Permanente no CRP SP, mas em outros Regionais
225 não havia. Passar a ter a CATE, em caráter extraordinário, a partir da Resolução CFP
226 nº 002/2001. Após, explica que as partes integrantes da CARPE são: Psicóloga/os
227 requerentes; Administrativas/os; Colaboradoras/es; Psicólogas/os Analistas
228 Técnicas/os, Membras/os, Plenário. A partir da nova Resolução, a CARPE passa a

229 ser Comissão Permanente. É uma Comissão Consultiva, cabe ao plenário
230 acompanhar ou não o parecer da Comissão. Para ser membra/o da CARPE, não pode
231 ter vínculo empregatício com o CRP SP, 05 (cinco) anos de experiência com inscrição
232 ativa no CRP SP; notório saber dentro da especialidade para a qual se propõe fazer
233 a análise. Durante a última gestão (triênio 2019-2022), foram analisados 3.846 (três
234 mil, oitocentos e quarenta e seis) pedidos. Apresenta ao fluxograma geral proposto:
235 1) Psicóloga/o requerente apresenta a documentação e a modalidade labora; 2)
236 Administrativo verifica se a documentação está completa e gera protocolo; 3)
237 Psicólogas/os colaboradoras/es com auxílio das PATs realizam a análise do pedido;
238 4) Coordenadora/or e Membras/os da CARPE – Realizam a análise do pedido; 5)
239 Plenária – instância que decidirá, podendo alterar decisão da CARPE; 6)
240 Administrativa/o – a partir da decisão, dão os encaminhamentos; 7) Psicóloga/o
241 requerente – é informada sobre a decisão; 8) Recurso CFP – poderá solicitar em caso
242 de indeferimento; 9) Psicóloga/o requerente – é informada sobre a decisão. Relata
243 que, até o momento, não tiveram decisões do Conselho Federal reformando a decisão
244 do CRP SP. Anteriormente, não ocorriam essas reuniões periódicas da CATE, e as
245 análises eram mais centradas nas/os técnicas/os. Outra questão que tinham eram os
246 prazos, de 60 dias; o que melhorou quando passaram a incluir as trabalhadoras
247 administrativas das subsedes em treinamentos e nos fluxos. Os pedidos que são
248 deferidos atendem a Resolução e, portanto, não há outra decisão possível que não a
249 de deferimento. Já aqueles que possuem decisão de indeferimento, entendem que é
250 importante que o plenário se instrumentalize. Porém, há plenárias em que são
251 indicados muitos indeferimentos e, considerando a lógica da plenária, com pauta
252 extensa de pontos para discussão, seria inviável abrir um a um e discutir. Então, a
253 Comissão entendeu que seria importante encaminhar para ciência do plenário as
254 documentações dos processos de indeferimento, na sexta-feira que antecede a
255 semana da sessão plenária. Caso a plenária discorde da avaliação de indeferimento
256 feita pela CARPE, deverá preencher, durante a sessão plenária, um Parecer. Essa
257 modificação precisará ser informada à equipe técnica, para que possam tramitar
258 corretamente os casos que, efetivamente, foram indeferidos. Explica sobre quais são
259 as formas de solicitação de títulos e de comprovação de experiência, bem como quais
260 casos serão aceitos em desacordo com a nova Resolução, em razão da data de
261 finalização do curso ser anterior a de vigência da nova Resolução. Dúvidas do

262 plenário: 1) Leonardo Maggi Gambatto indica que tem entende que os pedidos
263 deferidos têm o aceite em plenária. Recebeu, pela subsede, títulos para assinatura.
264 Não assinou um deles, porque identificou problemas, mas não teve mais retorno sobre
265 isso depois. Questiona se o documento foi encaminhado para assinatura por se tratar
266 de membro da Comissão Gestora da Subsede. 2) Juliana dos Anjos explica que,
267 anteriormente, todos os pedidos eram assinados pela conselheira secretária e pela
268 conselheira coordenadora da CATE, um volume muito grande de assinados pelas
269 mesmas pessoas. Então, como não havia normativa que obrigasse que fosse,
270 necessariamente, as pessoas ocupantes desses cargos a assinar, compreenderam
271 que as pessoas que estão na coordenação e subcoordenação de Comissões
272 Gestoras também poderiam, a partir da decisão da plenária de deferimento. Já os
273 indeferimentos, precisam, necessariamente ser assinados pela coordenação da
274 CARPE e pela conselheira presidenta do CRP SP. 3) Eduardo de Menezes Pedroso
275 explica que o que foi apresentado é uma proposta de fluxo. Considerações: 1) Dreyf
276 de Assis informa que acompanhou pela ABEP - Associação Brasileira de Ensino de
277 Psicologia os debates sobre especialização, bem como das consequências
278 institucionais decorrentes disso. Diz que se trata de uma base da indução partidária
279 de fazer do CRP SP uma instituição *sui generis*, com o CRP SP defendendo que
280 outorga títulos de especialista, porque é algo que está escrito na Lei. Mas, inclusive
281 a Constituição Federal indica que quem ordena o Ministério da Educação é o
282 Ministério da Saúde. Assim, não irá aprovar o que é óbvio, porque o óbvio omite
283 conversarem sobre quais são os cursos que as pessoas estão fazendo e o porquê de
284 a Psicologia não regular cursos livres e cursos tradicionais, aquilo que é “dado como
285 bom”. Pontua que as faculdades estaduais não são as únicas referências, as regras
286 para as instituições de ensino são as mesmas, independente de se particulares ou
287 públicas. Ainda, as faculdades não estão mais vinculadas à Secretaria de Educação,
288 mas sim à de Ciência e Tecnologia. E, ainda, há a questão de nicho de mercado, que
289 muitos do plenário estão vinculados, que são os cursos clássicos e tradicionais, que
290 são aprovados *ad referendum*. Assim, é contra a proposta apresentada, pois a mesma
291 institucionaliza uma hierarquia entre os cursos. A questão de mercado sobre cursos
292 livres é algo que não é falado, porque se trata de um interesse direto da Psicologia,
293 tendo como maior beneficiária a área clínica. Considera, ainda, desonesto
294 politicamente que se aprove no coletivo, e que se implique no indivíduo. Estava, até

295 então, bancando um compromisso coletivo do plenário, de estruturar as subsedes a
296 partir das/os conselheiras/os e, com isso, assinando tudo que era solicitado. Mas, era
297 algo que pressupunha um critério condicional de que fossem discutir de forma
298 aprofundada, que é algo que continua não ocorrendo. Todo descritivo das alterações
299 nas duas resoluções parece um vitimismo institucional de algo que não se tem controle
300 e que tiveram que se adaptar. Mas, já era sabido, e era possível tomar decisões que
301 mudam a estrutura de processo. Mas foi algo que não foi feito, ou não foi feito
302 completamente. Essa mudança de estrutura de processo omite o interesse em um
303 nicho de mercado, institui a lógica de instituições que são boas e instituições que são
304 ruins, sendo que a política pública que estabelece esses controles e, estão sendo
305 tratado como se fosse critério do CRP SP. E, a técnica presente passou a informação
306 nesta plenária de que a própria Comissão não segue a Resolução, porque não tem
307 pessoas, estruturalmente, previstas no Regimento. Então, não pode aprovar
308 procedimentos que não estejam de acordo com a Resolução. Considera que o que
309 foi apresentado não é uma proposta, se tornou uma proposta a partir de seu
310 questionamento. O procedimento foi encaminhado por e-mail, para que o plenário se
311 apropriasse, ou seja, já estava praticamente instituído. Inclusive, porque o que foi
312 enviado é tão complexo que, quem não acompanhou o processo durante o tempo,
313 ficaria com muitas dificuldades de compreender. O que foi apresentado por Juliana
314 possui em sua maioria o histórico e uma pequena parte dizendo como é atualmente.
315 Não conseguiu distinguir na apresentação o que é proposta de fluxo da Comissão, e
316 o que é o fluxo pressuposto pela Resolução. Precisaria ler a Resolução e a
317 apresentação. Considera desonestidade porque responsabiliza o indivíduo (cada
318 conselheira/o) por se apropriar das informações. Não percebe correspondência do
319 coletivo com relação à manutenção dos compromissos, em especial, de que se
320 aprofundassem os assuntos previamente, para que tivessem condições de decidir.
321 Não tem acesso as atas de COE, COF, CARPE e Diretoria para que possam se
322 apropriar das decisões. É importante que tenham acesso, para que possam
323 acompanhar. E, então, chegam na plenária sem condições de opinar e na posição de
324 terem que levantar um questionamento, impedindo o seguimento do processo. Ou
325 seja, é feito de uma forma que responsabiliza o indivíduo. 2) Questão de ordem: Lilian
326 Suzuki indica que não compreende o que o conselheiro Dreyf chama de desonesto e
327 quer entender se ele leu a Resolução e se compreendeu de que forma a Resolução

328 foi construída. 3) Dreyf informa que chama de desonesto é deixar companheiros sem
329 informação. Havia um combinado de que encaminhariam questões na confiança de
330 que outras situações aconteceriam, mas é algo que não tem acontecido. Pontua que
331 se trata apenas de uma expressão, não está acusando ninguém. 4) Lilian Suzuki
332 registra que se sentiu muito acusada. 5) Dreyf argumenta que tem conversado e
333 escrito para as/os demais, trazendo seus questionamentos, mantém consistência em
334 seu questionamento. E que, no campo privado, as pessoas entendem, quando ele
335 propõe a discussão de maneira coletiva, não há esse entendimento. 6) Lilian pontua
336 que não será chamada de desonesta na construção que tem sido feita há mais de 6
337 (seis) anos em relação à Resolução. 7) Dreyf pede desculpas e indica que não estava
338 chamando Lilian de desonesta, e sim falando a respeito de uma prática entre as/os
339 conselheiras/os. 8) Lilian traz que se trata de uma construção que vem sendo
340 realizada há mais de 3 (três) gestões. Inclusive, quando a Juliana dos Anjos traz que
341 não seguiam a resolução anterior, é no sentido, exatamente, da transparência. A partir
342 desta nova resolução estão consertando essas questões. Assim, gostaria de depois
343 entender com o conselheiro Dreyf o que ele está chamando de desonesto. Questiona
344 novamente se ele leu a resolução e se entendeu a forma como ela foi construída. 9)
345 Dreyf relata que não fez a leitura da Resolução, somente quando houve o informe
346 sobre ela em 2022. Está priorizando realizar os processos que ele está atrasado e
347 está tendo que dedicar tempo para poder entender o que as/os conselheiras/os
348 precisam fazer, em razão de não ter acesso às informações com antecedência. Relata
349 que estava na Subsede Bauru encaminhando o compromisso político e fica pendente
350 essa questão, porque precisa ler a resolução para entender o que está sendo decidido,
351 uma vez que há pouca síntese das coisas. Relata que já tinham combinado agenda,
352 que estava escalado para uma plenária e ficou sabendo somente no dia que não
353 estaria mais. Coloca-se somente na conta do indivíduo ter lido ou não a resolução,
354 mas há outras questões paralelas que interferem nisso também. 10) Questão de
355 ordem: Eduardo Pedroso indica que há trabalhadoras/es nesta plenária, em especial,
356 Juliana dos Anjos, que disponibilizou seu tempo para realizar essa apresentação.
357 Assim, pede que haja cuidado na condução desse ponto, para que não cometam mal
358 entendidos. Há várias questões a respeito desse novo fluxo, inclusive, ele próprio
359 possui algumas. 11) Ione Aparecida Xavier agradece pelo trabalho da Comissão e
360 pela apresentação. Relata que também não leu a resolução e, assim, não tem

361 propriedade para falar sobre ela. Mas, confia no trabalho que foi realizado. Desde o
362 último ano, quando souberam da mudança, dialogou com Lilian, que a informou que
363 as gestoras de subsedes passariam a assinar as declarações, e ela tem feito assim.
364 Não conhecia esse fluxo, apresentado hoje, e entende a angústia de Dreyf e que pode
365 ser a de outras/os conselheiras/os também. A grande diferença da nova resolução é
366 que permite olhar os indeferidos e fazer alteração. Quando se deparam com a função
367 de conselheira/o, precisam compreender o funcionamento do CRP SP. Compreende
368 que neste momento, estão buscando trazer subsídios para que possam questionar de
369 que forma realizarão esse processo, o que a faz pensar na urgência de pautarem junto
370 ao CFP a necessidade de aumentarem o número de conselheiras/os. É um volume
371 enorme de trabalho e de informações que os angustia. Questiona se os indeferimentos
372 serão encaminhados para as subsedes. 12) Camila Prandini relata seu grande mal
373 estar com a forma como o conselheiro Dreyf coloca os seus questionamentos, como
374 já havia ocorrido anteriormente em uma reunião de subsedes. Seu desconforto não
375 é com o questionamento em si, uma vez que os mesmos são bem vistos e fluxos e
376 processos podem ser revistos. Mas, a forma violenta com que ele se coloca, se sente
377 muito mal quando é colocado de forma como se agissem de má-fé, ou não estivessem
378 se responsabilizando. Pede que o conselheiro tenha cuidado com a forma com que
379 coloca seus questionamentos. Outra questão é que entende que não há como todos
380 acompanharem de perto todos os processos. Por isso, nas primeiras plenárias, se
381 dividem nas Comissões e nas responsabilidades e pactuam que há confiança nas/os
382 outras/os colegas conselheiras/os e no trabalho realizado por elas/es. 13) Gabriela
383 Alvim concorda com o exposto por Camila Prandini, mas pede cuidado para não
384 confundirem o que são questionamentos dos processos, para aqueles pessoais.
385 Concorda com alguns pontos do que foi exposto por Dreyf. Quer que se sintam a
386 vontade de poder questionar, sem que isso soe como uma briga, como uma acusação
387 pessoal. É importante terem divergências neste espaço. Pede cuidado para que não
388 fiquem muito sensibilizados - entendendo que o contexto social e de vida de cada um
389 já traz muita sensibilidade - com comentários que são somente críticas. O que acaba
390 por tirar o foco da questão para trazer a personalização dessa crítica. Os
391 questionamentos são importantes e não dizem respeito à caráter, mas sim a
392 comportamentos institucionais. 14) Dreyf pede desculpas àqueles que se sentiram
393 ofendidos de alguma forma. Relata que tem escrito via Whatsapp esses

394 questionamentos, mandou e-mail para o qual recebeu somente confirmação de leitura,
395 no qual ele pediu que as pessoas se posicionassem. Não se atentou que era possível
396 assumir uma coordenação de subsede sem ordenar despesas, porque teria feito isso,
397 como funciona com a Metropolitana. Possui muita experiência na Psicologia, e é
398 testemunha de que uma certa cultura, que ele mesmo representa – Cuidar da
399 Profissão - lida com as questões de maneira que ele considera irresponsável do ponto
400 de vista de uma gestão pública. Não está dizendo que alguém se beneficiou disso,
401 que as pessoas enriqueceram, que há corrupção, mas sim gerem de uma forma que
402 naturalizam as dificuldades e os processos. Pede desculpas se alguém se sentiu
403 ofendido, mas estava se sentindo com liberdade para falar livremente, assim como,
404 em determinados momentos, escuta questões livremente. Poderia, também, pedir
405 para que as pessoas façam determinados comentários e piadas. Dependendo de
406 quem fala ofende, dependendo, não. Há um mercado simbólico das coisas. Se não
407 tivesse confiança, não faria críticas e não estaria no plenário. Considera que colocar
408 pelo lado de que está colocando desconfiança das pessoas não é correto. Está se
409 opondo, explicitamente, à condução que tem sido feita institucionalmente, sendo
410 coerente, no seu ponto de vista, com o compromisso decolonial, de questionar aquilo
411 que ninguém mais questiona, de seguir o “Manual de serviços administrativos e
412 financeiros”, que estabelece um ordenamento entre a instância jurídica e econômica.
413 Relata que em algumas situações escuta que o CRP SP possui dinheiro, e em outras
414 que não; mas o que tem sido feito é a manutenção de processos, de estruturas que
415 se mostram insuficientes e que podem colocar mais pessoas para trabalharem, mas
416 também não será suficiente. Começam com a questão do voluntarismo, como
417 elemento para que as pessoas façam. Possuem questões centrais, que dependem de
418 ações relegadas à dependência de colaboradoras/es e, ao invés de reverem isso,
419 insistem que precisam de colaboradoras/es. Entende que certos diálogos são
420 institucionalizados e outros não, e fica difícil compreender qual a regra, qual o
421 caminho. Quando se refere a informações, são aquelas objetivas do que é previsto no
422 Regimento. Para ele, as informações chegam, mas já chegam filtradas, sem a origem
423 e a decisão. Fez isso em relação a Subsede Bauru, que seria o piloto, e
424 transversalizaria as questões e identificaria os gargalos e todas/os concordaram. E,
425 todos os gargalos que tem encontrado, procura as/os coordenadoras/es das
426 Comissões e está tendo dificuldade em conseguir o diálogo. Também tem dialogado

427 há bastante tempo com a presidência. Regimentalmente, a diretoria não vota em
428 quatro e sim em trio e, quando a presidência informa que é voto vencido, compreende
429 que a Diretoria está praticando uma lógica de tomada de decisões que não o
430 comunicou ou perguntou se ele aceita. Compreende que já há um fluxo sendo
431 realizado, mas o combinado é que discutiriam para onde direcionariam, e não que
432 deixariam seguir como estava. Relata que teve estava conversa antes, questionando
433 se consideravam mesmo que ele tinha condições de contribuir, porque ele entendia
434 que contribuía mais fora, nos bastidores, não como conselheiro. Indica que se pauta
435 um assunto via *Whatsapp*, é silenciado, não respondido, e se pauta no coletivo,
436 pessoaliza-se. Podem fazer ordenamento de despesa, não estão discutindo de onde
437 sairá o dinheiro ou como pagarão as decisões que estão sendo tomadas. As decisões
438 sobre as implicações econômicas dos compromissos do plenário nunca foram
439 conversadas. Na primeira Conferência do “Cuidar”, estabeleceu-se a questão
440 econômica como prioridade. Entendia que isso era um legado ruim do “Cuidar”, mas,
441 pelo que pode perceber, é da “Frente”. Pediu uma reunião com seus interlocutores da
442 “Frente” para dizer que iria renunciar, indicando que não teria condições de contribuir
443 da forma como estavam conduzindo e porque estava criando caso, as pessoas
444 estavam se ofendendo. A história é a narrativa de quem tem o poder. O que escuta
445 da descrição da prescrição dos processos, eles descrevem todos os problemas, mas
446 não possui quais as medidas objetivas que a instituição tomou para rever a estrutura
447 e o processo. Caso os demais se sintam confortáveis com esse tipo de situação, pede
448 que lhe tirem a função de ordenador de despesas da Subsede Bauru e procuram outra
449 pessoa para fazer isso. Justifica que, do modo como vem ocorrendo, ele não vai
450 assinar e ordenar despesas, porque vinha fazendo até então com a certeza de que
451 haveria conversa sobre essas questões. Se organizou no ano passado para estar
452 presente, mas, pela quarta vez, o Planejamento Estratégico mudou de data, e, assim,
453 não poderá estar presente. Não teve a intenção de ofender ninguém, embora,
454 enquanto psicólogo, se sente profundamente ofendido com a forma com que a gestão
455 da instituição é tocada. Pondera que foi um equívoco da gestão priorizar as ações
456 políticas e, que, enquanto discutem se o problema é contratar ou não por CLT – que
457 é um debate realizado há décadas pelo TCU – Tribunal de Contas da União, assim
458 como a área jurídica – estão praticando uma Resolução de diárias que sonega
459 imposto, que esconde o jeton. Em sua percepção, o CRP faz uma ação política que

460 esconde o dinheiro que permite à sociedade questionar a sua ação política. Pontua
461 que está há muito tempo vendo muitos problemas se perpetuarem dessa forma. Se
462 retrata se alguém se sentiu ofendido, mas pede que foquem no conteúdo. 15) Camila
463 Prandini indica que a Metropolitana é uma subsede que está ainda em formação. O
464 que significa que ainda estão pensando quem seria ordenador de despesas, a divisão
465 de COE e COF, de PATs, de colaboradoras/es. Não é algo simples, que conseguem
466 fazer de forma rápida, uma vez que implicam muitas pessoas. É um processo que
467 está em andamento. Relata que tem se reunido, junto com a subcoordenação da
468 Subsede, com as presidentas/es de COE e COF. Indica que já faz a aprovação de
469 Relatórios de Atividades que dizem respeito às ações da Comissão Gestora
470 Metropolitana. As atribuições estão sendo passadas a ela, conforme vai se formando
471 o desenho. A Metropolitana nunca existiu enquanto subsede da forma das demais.
472 Estão no processo de extinção dessa diferença, porém, trata-se de algo processual.
473 Assim que reorganizarem o fluxo, deverá passar a ordenar despesas, como as demais
474 coordenações de subsedes. Não se opõe a isso, apenas não há ainda delimitada essa
475 atuação da Metropolitana. O processo de estruturação da Metropolitana, conforme
476 realiza as conversas com COE e COF, entende que implica em reorganização das
477 outras subsedes, na organização. Pois, há partes dos processos que poderão passar
478 a feitos territorialmente, ou se permanecerão realizando na sede, ou passarão a ser
479 feitos pela Subsede Metropolitana. Então, é algo que precisa ser dialogado, porque
480 pode impactar as demais subsedes também. Não foi sua escolha não ser ordenadora
481 de despesas até esse momento, é a forma como é possível, enquanto reorganizam
482 as subsedes. 16) Talita Fabiano de Carvalho acrescenta que o fato de a Metropolitana
483 não ser uma subsede plena, não a faz ser irregular. Pois, a sede é o local de inscrição
484 de psicólogas/os em origem, pela lei. Com o crescimento do número de inscritas/os,
485 o Conselho Federal possibilitou a abertura de seções ou subsedes, a depender das
486 características delas. A Metropolitana é um local de inscrição. Possuem unidades de
487 atendimento das pessoas que estão na região. A ordenação de despesas direta, em
488 São Paulo, é feita na sede. A partir do momento em que criarem em Resolução a
489 Subsede Metropolitana, ela passará a ser unidade própria, com todas as funções das
490 demais. Elucida, também, sobre a questão colocada por Dreyf de que ela declararia
491 ser “voto vencido” na Diretoria, é no sentido de que não utilizará da prerrogativa de
492 ocupar a cadeira da presidência para tomar decisões de forma autoritária. A parte de

493 questões que estejam no campo da ilegalidade, sempre considerará a decisão do
494 grupo, a respeito de fluxos e processos. 17) Lilian Suzuki pontua que novamente o
495 conselheiro Dreyf cita questões que são muito caras a ela, e acredita que também a
496 outras/os conselheiras/os. Talita já elucidou sobre a questão citada de “voto vencido”,
497 bem como sobre a possibilidade de ter subsede sem ordenamento de despesas.
498 Considera também que precisam refletir se a discussão está sendo realizada deveria
499 estar também com a presença de trabalhadoras/es, ou se seria somente entre as/os
500 conselheiras/os. Solicita que Dreyf possa elucidar a que se referia quando tratou sobre
501 essas duas questões. Destaca que as reuniões de Diretoria são abertas, desde o
502 início. Com a ideia de que existe uma Diretoria eleita, mas que as reuniões são abertas
503 ao plenário. 18) Eduardo de Menezes Pedroso indica a necessidade de fecharem
504 esse ponto, destacando algumas dúvidas que foram surgindo. Duas questões que
505 gostaria de trazer são: 1) a respeito do ressarcimento, dada toda a discussão que
506 tiveram neste momento, mas dada toda a discussão que tiveram nesta plenária,
507 entende que não conseguiriam superar esse ponto, portanto, deverá ser algo a ser
508 trazido em momento posterior. 2) alguns outros pontos que pensou em colocar para
509 a plenária, mas que agora, visto a discussão, tem dúvida se ainda é pertinente colocar,
510 pois teme que não consigam concluir esse ponto. 19) Juliana dos Anjos retoma que
511 a proposta do ponto é discutir os registros. Entende que outras questões foram
512 suscitadas, que não tem relação direta com esse ponto, que acabam reverberando
513 em outras possíveis falhas dentro da estrutura do CRP. Responde ao questionamento
514 da conselheira Ione Xavier de que os pedidos de indeferimento também estavam
515 saindo pelas subsedes, considerando a facilidade de acesso das/os trabalhadoras/es
516 das subsedes às coordenações. Trata-se apenas de um informe de algo que aprovado
517 pela plenária. Caso isso esteja gerando desconforto nas coordenações das subsedes,
518 é possível rediscutirem a questão junto à Presidenta, à Secretária e a coordenação
519 da CARPE, para que façam esse tramite nos casos de indeferimento. Sobre as
520 pontuações do conselheiro Dreyf, informa que, quando fiz que há aprovações “óbvias”,
521 não se refere a cursos livres. Dentro da prerrogativa de “instituições reconhecidas”,
522 não entrará no mérito sobre a qualidade dos cursos, porque entende que não os
523 compete, compreendendo que não se trata se uma atribuição do CRP. Dentro dessa
524 premissa, aqueles que entendem que tem aprovação “óbvia”, são aqueles que
525 cumram, ao menos, 360 (trezentas e sessenta), e que tenham as informações

526 previstas pela lei que regulamenta validação de cursos. Pela ação civil não podem
527 questionar legalmente algo que está cumprindo uma determinação que devem
528 cumprir. Ou seja, que estão atendendo prerrogativa estabelecida por outro órgão e
529 que o CRP SP está sendo processado por talvez não cumprir. Fazem a verificação da
530 carga horária, comprovação da regulamentação, ato de credenciamento do curso e
531 da instituição. É feita toda essa investigação e, quando há algum questionamento,
532 solicitam mais documentos, para subsidiar a avaliação e a deliberação de uma
533 aprovação ou não. Enquanto trabalhadora, entende que a plenária possui outras
534 atribuições e, talvez, não possua condições de conseguir assimilar todas as
535 informações e os encaminhamentos. Muitas coisas são repassadas gradativamente,
536 conforme chega o momento de pensar em uma implementação, em uma construção
537 e em um processo. Enquanto trabalhadora, relata que as/os Psicólogas/os Analistas
538 Técnicas (PATs) têm relatado o desconforto, porque caso haja questionamento por
539 serem elas/es que estão fazendo a análise, não serão elas/es que serão
540 responsabilizadas/os, mas o plenário. Justamente no sentido de preservar esse
541 coletivo, estão tentando corrigir uma possível irregularidade que está sendo cometida.
542 Quando apresentam essa proposta de fluxo, é uma proposta que foi construída para
543 que não gere prejuízos às conselheiras/os de poderem ser questionadas da legalidade
544 de ações que estão sendo feitas dentro da instituição. Compreende a fala do
545 conselheiro Dreyf, mas pontua que a CATE/CARPE está atuando de forma a se
546 regularizar, visando evitar possíveis consequências insatisfatórias tanto à plenária
547 quanto ao Conselho. Está participando desta plenária justamente por ter identificado
548 que haveria dificuldades para essa primeira deliberação. Compreende a angústia que
549 pode ser causada individualmente, e, nesse sentido, se dispôs a estar presente e
550 realizar um diálogo e responder a possíveis questionamentos. Caso queiram também
551 rediscutir os processos com indicativo de aprovação, é possível. Mas, quando citam
552 que é de aprovação “óbvia”, diz respeito ao fato de cumprirem uma lei, pelo qual estão
553 sendo processados para que se faça cumprir e que, coletivamente, com as/os
554 conselheiras/os que compõem a CARPE, entenderam que estava correto e
555 fundamentaram o deferimento. Caso as/os conselheiras/os desejam melhor
556 compreender o funcionamento da CARPE, é possível que entrem na Comissão, para
557 que acompanhem o trabalho. A CARPE realiza reuniões quinzenais, às terças-feiras,
558 e também são abertas – podendo outras/os conselheiras/os participarem. A proposta

559 de não rediscutir os deferimentos e de compreensão que não haveria tempo suficiente
560 na plenária para analisar todos os processos, um a um. Pensou-se, inclusive, na
561 realização de plenária somente para a CARPE, como ocorre com a Comissão de
562 Ética, o que é possível. Compete à plenária o deferimento ou indeferimento dos
563 processos de especialista. Questiona se há contrariedade de que sejam nomeadas/os
564 colaboradoras/es de CARPE, pois há a proposta de um Edital para convocação de
565 colaboradoras/es. 20) Dreyf Assis agradece a explicação e pontuações da
566 coordenadora Juliana dos Anjos, porém, expõe que não tem como responder a
567 pergunta feita por ela, uma vez que se trata de questionamento pontual e ele está
568 levantando questões estruturais. O trabalho realizado pelas/os psicólogas/os analistas
569 técnicas/os é fundamental, trazem grande avanço para a instituição. Mas, o trabalho
570 de um analista é de análise e construção de síntese, e institucionalmente, há muita
571 descrição. Porém, se se atentarem apenas para a descrição, não se atentarão para
572 a fonte e, embora a descrição agregue, se trata de uma versão da fonte. Relata que
573 se deparou, muitas vezes, com situações e encaminhamentos porque vê que eles
574 estão descolados do que é regimentalmente previsto. Considera um grande avanço
575 e que é fundamental o envolvimento das/os trabalhadoras/es, em especial, das/os
576 psicólogas/os analistas técnicas/os. Porém, não pode condicionar sua posição sobre
577 uma questão estrutural, a partir de um posicionamento pontual. Entende que isso é
578 muito valioso, especialmente para as estruturas que possuem ordenamento de
579 despesas ao quanto for necessário. Pois é a COE, a COF e a CARPE que ordem as
580 ações até o que for necessário. Há espaço previsto para que façam outras coisas que
581 são necessárias. Em resposta a fala de Lilian Suzuki, indica que considera
582 fundamental a presença das/os trabalhadoras/es na plenária, mas que devem
583 assegurar que, na maior parte do tempo, ela seja um espaço das/os conselheiras/os
584 e de suas/seus pares, justamente porque não existe um espaço só entre o plenário.
585 Esse espaço existia mais à época da chapa de composição do que na plenária. Não
586 está indicando que não haja lisura no processo. Sua questão é que estão sendo
587 trazidas questões para que discutam e encaminhem, sem que se aprofundem, e isso
588 vai se normalizando. E, é dessa forma que se naturaliza os vícios da instituição. 21)
589 Eduardo Pedroso pede que encaminhem sobre a aprovação ou não do fluxo. Há
590 outros questionamentos que incluem esta pauta, mas a extrapolam, pode ser feita em
591 momento posterior. Questiona se abrem em outro momento, outra plenária, para

592 discutir essas questões que necessitam de mais informação. 22) Lilian Suzuki defende
593 que abram para votação, ponto a ponto. Se não forem encaminhar essas questões
594 nesta ocasião, algumas questões estruturais serão adiadas. Cita como exemplo o
595 edital para chamamento de colaboradoras/es, que se não houver concordância,
596 adiarão mais a regularização da CARPE. **Edital de Chamamento de**
597 **colaboradoras/es:** Talita Fabiano de Carvalho relata que ainda não está pronta a
598 proposta de Edital, mas precisam verificar se esse será mesmo o caminho a ser
599 adotado. É importante que tenha o registro de que as/os conselheiras/os não têm
600 condições de assumir essa tarefa nos territórios ou, até, de que têm. Assim, sugere
601 que essa decisão seja tomada a partir de votação aberta. Caso decida-se por seguir
602 com o Edital, esse será apreciado pelo plenário posteriormente, quando o mesmo
603 estiver concluído. Aberto à votação: 12 (doze) conselheiras/os votam por seguir com
604 o Edital para chamamento de colaboradoras/es para a CARPE e 05 (cinco)
605 conselheiras/os abstém-se. Não é registrado voto contrário ao Edital de chamamento
606 de colaboradoras/es para a CARPE. **Concordância com o fluxo proposto:** A
607 conselheira presidenta Talita de Carvalho indica que há três propostas: a)
608 Concordância com o fluxo proposto pela CARPE, de análise dos indeferimentos
609 sugeridos apenas, com envio prévio desses processos (até 1 semana da plenária); b)
610 se devem discutir todos os títulos, tanto de deferimento, quanto de indeferimento; e,
611 c) realizar uma plenária de CARPE, com necessidade de quórum mínimo, para
612 analisar os processos e, voltaria para a Plenária Ordinária somente o referendo dos
613 números de deferidos e indeferidos. Considerações: 1) Monica Cintrão pondera que
614 estão com dificuldades para compor quórum para as plenárias éticas. Assim,
615 questiona se seria interessa abrir mais uma plenária, que poderia causar mais
616 dificuldade em conseguir o quórum para as plenárias éticas. Pede que todas/os
617 ponderem em relação a isso. 2) Juliana dos Anjos acompanha a colocação da
618 conselheira Mônica, e acrescenta que os prazos para os processos da CARPE são
619 de 60 (sessenta dias) a partir da entrada do pedido até a comunicação do resultado.
620 3) Magna Barboza Damasceno questiona se, diante de toda a explanação e
621 elucidações que foram realizadas, se mantém-se o desconforto, e, em caso negativo,
622 se podem seguir pensando sobre o fluxo proposto. Indica que se refere ao desconforto
623 institucional. 4) Ione Xavier pontua que não está confortável com as propostas
624 colocadas para votação, uma vez que é inviável analisarem todos os processos

625 (indeferimento e deferimento) durante a plenária, bem como, também é inviável
626 realizarem outra plenária somente para CARPE. **Submete-se a votação as**
627 **propostas apresentadas pelo Plenário: 1.** Plenária específicas de CARPE (nos
628 moldes da Ética) com quórum mínimo, diferente dos que estão na CARPE (7
629 membros/conselheiros), para discutir os processos que seriam referendados em
630 plenária ordinária em bloco; **2.** Aprovar o fluxo proposto por apreciação dos indeferidos
631 e enviados por e-mail avaliados pela CARPE. E Aprovar em bloco em plenária
632 ordinária; **3.** Discutir em plenária ordinária todos os processos que foram indeferidos
633 um por um. Considerações: Ione Aparecida Xavier informa que não se sente
634 confortável para votar sobre as propostas 1 e 3 por ser mais um compromisso para
635 além das tarefas que a CARPE já está executando com qualidade, entende que os
636 fluxos devem ser conversados e elucidados durante o Planejamento Estratégico.
637 Fabiana concorda com Ione que o assunto deva ser discutido durante o Planejamento
638 e expõe que a proposta 1 seria impraticável visto que o calendário de reuniões das
639 conselheiras já é bastante extenso. Assim, Talita Fabiano de Carvalho, conselheira
640 presidenta, pergunta se Dreyf pretende manter a proposta 3 ou retirá-la. Dreyf explica
641 que não apresentou proposta, apenas fez questionamentos, visto que pelo e-mail que
642 recebeu sobre o assunto não compreendeu que precisava ter se preparado para
643 propor fluxos diferentes. Dreyf complementa que não está questionando a qualidade
644 do trabalho realizado, apenas não seria possível produzir proposta a partir do restrito
645 acesso, disponível neste momento, de informações, números, e síntese que são
646 apenas indicativos. Em síntese, o questionamento é, em verdade, sobre o método de
647 decisão em plenária, sem que haja preparação para isso. A partir desse momento,
648 Talita retoma que deve ser decidido pelo Pleno o fluxo de deferimento e indeferimento
649 de processos de pedidos de títulos de especialista conforme a nova resolução, os
650 pedidos indeferidos pela CARPE serão enviados previamente às/aos conselheiras/os
651 por e-mail (juntamente com os processos) para serem discutidos durante as Plenárias
652 Ordinárias para verificar se há discordância ou concordância do Pleno ao
653 encaminhamento da Carpe. Já os títulos deferidos pela CARPE seriam apenas
654 referendados em bloco pelo Plenário como ocorria anteriormente. Caso a/o
655 conselheira queira mais informação sobre os títulos deferidos, deve verificar junto à
656 Comissão. Dreyf explica que sua oposição à proposta se dá pelo fato de que a
657 aprovação do indeferimento da Carpe se daria no coletivo, no entanto, uma possível

658 posição contrária, geraria o ônus individual e recarga de trabalho. Como não há
659 condições de propor algo diferente e, sem desmerecer o trabalho que já foi feito, não
660 fará questionamento e se abstém. Apresenta-se no Chat da plataforma as propostas
661 reformuladas devendo as manifestações serem igualmente registradas no Chat.
662 **Propostas:** 1) Construir Plenárias de CARPE; 2) Manter o Fluxo proposto por
663 Apreciação dos indeferidos por e-mail e aprovar deferidos por bloco em Plenária
664 Ordinária; 3) Discutir em Plenária Ordinária todas as solicitações de CARPE.
665 Enquanto as manifestações são registradas na plataforma, Mônica Cintrão expõe que
666 a CARPE discutirá qual a melhor forma de partilhar as informações com demais
667 conselheiras/os. Ione Aparecida Xavier propõe que a Diretoria realize reuniões com
668 as coordenações das Comissões para que todas/os possam conhecer os trabalhos e
669 fluxos de todas as instâncias e alinhar os pontos para as Plenárias. Luciane Jabour
670 aponta que a proposta será considerada no Planejamento Estratégico momento do
671 em que se discutirá as instâncias políticas do CRP SP, seus fluxos e transversalização.
672 **Encaminhamento:** Por maioria dos votos, com duas abstenções, o Plenário concorda
673 em manter o fluxo proposto pela Carpe de apreciação dos indeferidos por e-mail e
674 aprovar deferidos por bloco em Plenária Ordinária. O conselheiro Dreyf Gonçalves
675 registra que se abstém por considerar que a proposta, de aprovar no coletivo e implicar
676 no individual o questionamento do processo. Considera dicotômica e sem alternativas
677 colocar um pelo outro, o que limita a ação, fecha possibilidades. Tendo em vista que
678 há outros caminhos para além do que é apresentado, porém o método colocado e a
679 implicação de um pelo outro. Entretanto, reconhece os esforços realizados, mas não
680 dispõe de condições para decidir e propor, pois, requer preparo prévio. **6.2) Análise**
681 **dos processos dos pedidos de título de especialistas recebidos pela Carpe –**
682 Dentro das prerrogativas previstas na normativa que regulamenta esta Comissão,
683 Resolução CFP nº 023/2022, caberá a plenária a decisão do indeferimento devendo
684 em caso de discordância, preencher novo formulário de Parecer (anexo – indica-se
685 que segue o arquivo original para edição considerando a necessidade de justificar a
686 alteração da decisão para deferimento pela plenária). Para cada indeferimento
687 aprovado pela plenária deverá ser realizado um acórdão individual com a decisão
688 que, em caso de recurso, será juntado ao processo para análise do CFP. Foi
689 previamente encaminhado ao Plenário *link* com todos os documentos apresentados
690 por cada psicóloga/o em seu pedido e o parecer que justifica o indeferimento aprovado

691 por alguma/um conselheira/o da CARPE SP. Por sugestão da CARPE e consenso do
692 Plenário, o conselheiro Eduardo Pedroso auxiliado por Juliana dos Anjos, psicóloga
693 analista técnica e coordenadora da COF, apresenta, pedagogicamente, todo o
694 processo de obtenção de título de especialista a partir da nova Resolução desde o
695 formulário de requerimento do título e documentos comprobatórios anexados pela/o
696 profissional (certificado do curso de especialização regulamentado pelo MEC e
697 histórico do curso com a carga horária) que são recebidos pelo corpo administrativo
698 do CRP SP e juntada de demais documentos internos (formulário administrativo para
699 comprovação do tempo de inscrição e ficha cadastral) As psicólogas colaboradoras
700 recebem e avaliam a documentação de acordo com a normativa e encaminham todo
701 o processo para a Carpe que, por sua vez, emite um parecer contendo os motivos do
702 deferimento/indeferimento. Juliana dos Anjos ressalta que a CARPE faz somente uma
703 análise documental, não sendo questionada a capacidade técnica da/o profissional.
704 Porém, no caso de indeferimento, dentro do *rol* da documentação apresentada,
705 acrescidos de documentos complementares e consulta a outras fontes, quando
706 necessário, não foram suficientes para construir uma justificativa de deferimento
707 dentro do que é exigido pela Resolução. Sobre o argumento sobre o indeferimento do
708 título de especialista (requerido pelo psicólogo Sergio Marcos Antônio Junior) por não
709 cumprir a ementa do Curso, o conselheiro Dreyf questiona se a Resolução especifica
710 se a ementa deve ser cumprida em sua totalidade, ou o quanto da ementa deve
711 cumprida. O conselheiro expõe que tal questionamento se faz pelo temor de que
712 determinadas linhas epistemológicas, como ABA, possam ser discriminadas. Juliana
713 dos Anjos explica que a questão foi discutida junto aos demais Conselhos Regionais
714 de Psicologia, alguns defendem que se deve cumprir 100% da ementa, outros não, já
715 o CFP apontou que não cabe ao Sistema Conselhos a regulamentação de cursos.
716 Assim, CRP SP avalia as disciplinas para verificar se o curso abrangeu a ciência
717 psicológica dentro da especialidade requerida pela/o profissional. Nessa lógica, o
718 CRP SP tem aprovado cursos de ABA para a especialização em psicologia clínica.
719 No entanto, para o caso específico, considerando as 12 disciplinas da ementa, apenas
720 02 foram ofertadas no histórico do curso. Ou seja, muito mais da metade do curso não
721 foi focado para a questão da psicologia para a especialidade requerida. Caso a pessoa
722 solicitasse o título de especialista na área Clínica, seria concedido. É este o cuidado
723 do CRP SP, pois dificilmente o curso vai garantir a integralidade da ementa. Dreyf

724 pontua que tal critério possibilita futuros questionamentos jurídicos, já que não é
725 função do Sistema Conselhos avaliar cursos e, ao elaborar um parecer utilizando esse
726 critério, se está “disciplinarizando” a discussão. Problematisa, ainda, que as
727 legislações que regulamentam cursos livres e de pós-graduação, salvo engano,
728 também estabelecem como método de avaliação de um curso o seu projeto
729 pedagógico, bem como a própria LDB estabelece como método de avaliação o projeto
730 pedagógico do curso, seus eixos e estruturas e não uma discussão de
731 disciplinarização. Assim, a lógica de avaliar um curso pelo conteúdo de suas
732 disciplinas é insuficiente para cursos de especialização que visa um tipo de formação
733 diferente de cursos de graduação. Assim, sem questionar a qualidade dos trabalhos
734 da CARPE, sugere o cuidado ao indeferir os pedidos com esse argumento de
735 disciplinas e de ementa. Conclui que a Psicologia não se ocupou de estabelecer
736 critérios e parâmetros mínimos da Psicologia neste campo que sobrepõe interesses
737 dos Ministérios da Saúde e Educação e que os Conselhos se inserem nesse debate
738 como se eles devessem interferir sobre isso, permanecendo ainda com uma visão
739 sobre cursos que cria nichos de mercado. Juliana dos Anjos complementa que quando
740 há dúvidas sobre o conteúdo do curso, quando, pelo nome da disciplina não se
741 identifica o conteúdo abordado, a Carpe solicita o conteúdo programático e solicita-se
742 pareceres jurídicos para subsidiar entendimentos. De fato, não há a obrigatoriedade
743 de cumprir um número de disciplinas, mas de fato, a Carpe avalia quantas disciplinas
744 envolvem algo específico da ciência psicológica dentro da especialidade requerida.
745 A conselheira Lilian Suzuki complementa que estes casos são discutidos durante as
746 reuniões da Carpe e, para várias decisões semelhantes, a Carpe já possui pareceres
747 jurídicos, já havendo um acúmulo de conhecimento sobre esses casos. Eduardo
748 Pedroso, coordenador da CARPE, informa que levará esta discussão para ser
749 debatida nacionalmente. A conselheira presidenta, Talita Fabiana de Carvalho
750 agradece a Juliana dos Anjos por toda a dedicação com os trabalhos da CARPE e
751 aponta que recebeu por e-mail com os processos de pedido de especialistas, os
752 pareceres e a Resolução e fez alguns apontamentos que foram prontamente
753 elucidados por Juliana. Assim, a conselheira presidenta registra que não se opõe ao
754 indeferimento de nenhum dos 08 processos de pedidos de especialistas pautados
755 pela Comissão. Seguindo os critérios da Resolução, para confecção de feito um
756 acordo dos indeferimentos, são apresentadas os nomes das/os psicólogas/os que

757 tiveram seus pedidos de títulos de especialistas indeferidos e explicação para
758 conhecimento do Plenário: .Sugere-se que a tabela consolidada contendo os pedidos
759 deferidos sejam igualmente encaminhada previamente para todas/os as/os
760 conselheiras/os quando enviados os arquivos da Carpe para apreciação dos pedidos
761 de especialistas indeferidos para apreciação do Plenário. **Encaminhamento:** Com a
762 maioria dos votos e apenas uma abstenção, o Plenário concorda com o parecer de
763 indeferimento indicado pela CARPE aos pedidos de especialistas: 1) Processo nº
764 63963/2022, Fabiana Nunes Faria Lazarini (CRP 06/73746), área Tráfego, Categoria
765 Curso IES; 2) Processo nº 906/2023, Sérgio Marco Antonio Junior (CRP 06/159506),
766 área Psicomotricidade, Categoria Curso IES; 3) Processo nº 35167/2022, Ingrid
767 Pedrosa Odorizzi (CRP 06/144556), área Saúde, Categoria Curso IES; 4) Processo
768 nº 27152/2022, Cristhiane Comitre Garcia (CRP 06/36029), área Clínica, Categoria
769 Curso IES; 5) Processo nº 35169/2022, Bruna Sisa Da Silva Braguireoli, (CRP
770 06/131243), área Saúde, Categoria Curso IES; 6) Processo nº 78/2023, Leandro De
771 Sousa Leite (CRP 06/169753), área Clínica, Categoria Curso IES; 7) Processo
772 nº36777/2022, Rita De Cássia Oliveira Assunção (CRP 06/41621), área Saúde,
773 Categoria Curso IES; 8) Processo nº 37074/2022, Viviane Milan Pupin Andrade (CRP
774 06/79325), área Jurídica, Categoria Curso IES. **VII) INFORMES – 7.1) Comissão de**
775 **Comunicação - ComCom** – Davi Rodriguez Ruivo Fernandes fala sobre a
776 comunicação interna utilizando as ferramentas institucionais como o *ImMail*, vinculada
777 ao servidor de e-mails Zimbra, e da Responsabilidade de compartilhar arquivos e
778 trocar informações sem utilizar ferramentas não institucionais, como o *Whatsapp*. O
779 conselheiro expõe, igualmente, proposta da ComCom de cobertura e publicação de
780 matéria jornalística das atividades do CRP SP como plenárias, julgamentos etc.,
781 mantendo o cuidado com informações sigilosas (dados sensíveis). O Objetivo dessas
782 publicações é que as/os psicólogas/os tenham conhecimento das ações do Plenário
783 e sobre as funções exercidas pelas/os conselheiras/os, além de ser uma forma de
784 prestação de contas à categoria. Assim, se o Plenário concordar em dar maior
785 publicidade aos trabalhos do CRP SP, a ComCom iniciaria pelas Plenárias Ordinárias
786 com a cobertura sobre os pontos discutidos, lembrando que a proposta prevê que
787 matérias sejam submetidas à aprovação do Plenário. Da mesma forma, seria
788 necessário colher o termo de autorização de imagem de conselheiras/os e
789 trabalhadoras/es, com *print* das fotos para que tenham ciência de que serão

790 publicadas. O Plenário corrobora com a proposta da ComCom. **7.2) GT TI** – Informa-
791 se que o GT TI foi constituído pela Diretoria a partir da necessidade de
792 acompanhamento dos sistemas do CRP SP, como BRC que já está implantado, mas
793 que ainda apresenta inconsistências que necessitam acompanhamento; SEI, que
794 ainda não está implantado; e pacotes de ferramentas como Zimbra, NextCloud, etc.
795 O GT é composto pela conselheira Talita Fabiano de Carvalho (representando a
796 Diretoria) e pelo conselheiro Dreyf de Assis Gonçalves (por ter conhecimento em
797 sistemas) e por assessorias e gerências que atuam nessa área. O GT questiona se
798 todas/os estão conseguindo acessar o Zimbra e quais as dificuldades encontradas.
799 Indica-se que Dreyf ficará como referência para ajuda em relação ao Zimbra (apenas
800 acesso) e repassará à equipe de TI o que não puder ser solucionado. Comunica-se
801 também que serão criados e-mails institucionais para as Comissões Gestoras.
802 Sugere-se que em vez de e-mail nominais, sejam criados e-mails para a comissão
803 gestora. Talita diz que questões semelhantes já foram discutidas pelo GT e que a
804 sugestão será avaliada, mas que a tendência é utilizar pouco o e-mail, já que as
805 informações serão armazenadas nos sistemas. O conselheiro Eduardo Pedroso
806 chama atenção para a necessidade de educação para o uso consciente do e-mail
807 institucional. Contrapõe-se que os sistemas darão conta dessas questões. As
808 convocações por e-mail, por exemplo, serão futuramente substituídas pela ferramenta
809 de agenda do Zimbra, contando, inclusive, com lembretes e alertas sobre as
810 atividades. **7.3) Mudança de procedimentos para Suprimento de Fundo** - A
811 conselheira Luciane de Almeida Jabur expõe que o objetivo foi ordenar de outra
812 maneira os suprimentos, seu uso e rever os fluxos, respaldadas em uma
813 administração responsável. Vanessa Valente, gerente de administração e tecnologia
814 da informação, acrescenta que o assunto foi pautado apenas como informe, pois
815 posteriormente será realizada reunião (ainda sem definição de data) com
816 coordenadoras/es das Comissões Gestoras, corpo administrativo das Subsedes e
817 áreas de apoio (Unidades de Compras e Financeiro) para alinhar mudanças. Com o
818 auxílio de apresentação de slides, explica que foram encontrados os seguintes
819 problemas: empenhos por fornecedor e não por tomada de despesas; empenhos
820 realizados posteriormente às despesas (quando as notas fiscais são recebidas) e
821 despesas de caráter continuado sendo pagar com suprimento de fundos (como, por
822 exemplo, contratos e vale transporte de estagiários). O suprimento de fundos é um

823 instrumento utilizado para despesas de pequeno vulto e emergenciais. As Notas
824 fiscais não podem ser empenhadas quando chegam no setor financeiro, ao contrário,
825 para qualquer despesa é obrigatório um prévio empenho autorizado pelo ordenador
826 da despesa. Já as despesas de caráter continuado podem ser feitas por meio de
827 contrato ou processo de dispensa de licitação, desde de que tenham uma formalidade
828 legal. Assim, com uma nova proposta de alteração de procedimentos, haverá
829 melhorias de fluxo e ganhos na parte operacional, com a redução de trabalho do Setor
830 Financeiro, mas o objetivo principal é nos adequar às legislações vigentes.
831 Consideração das/os presentes: 1) Fala-se da importância de alinhamento com a
832 comissão de auditoria. 2) Vanessa Valente, Gerente de Administração e Tecnologia
833 da Informação, explica melhor o que é empenho. A pedido do Plenário, Vanessa
834 explica o conceito de empenho: é um documento que firma compromisso do órgão
835 público com o fornecedor e garante que se tenha o lastro orçamentário e garantia de
836 recursos (Empenhos ordinários). Há empenhos ordinários (cujo valor é pré-
837 determinado) e estimativos. Para as despesas como contas de luz, água etc., é feito
838 um empenho com um valor estimado em nome do fornecedor. 3) O Plenário pontua
839 a importância do conhecimento das legislações tanto por trabalhadoras/es como
840 conselheiras/os e gestoras/es, inclusive para formação enquanto cidadãos e cidadãs,
841 e pede que Vanessa informe sobre as normativas utilizadas para construção de
842 procedimentos. 4) Vanessa explica que as principais são a Lei 4320/64 (que estatui
843 normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e
844 balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) e Lei
845 Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). 5) A
846 conselheira tesoureira, Luciane de Almeida Jabur, ressalta que esses conceitos
847 básicos devem ser abordados também durante o Planejamento Estratégico e
848 diferentes momentos de formação possibilitando o entendimento e diálogo qualificado
849 com as pautas da tesouraria, dentre elas, o orçamento. **7.4) Início das operações**
850 **on-line para pessoas físicas (inscrição, alteração de inscrição, provisória para**
851 **definitiva, reativação de inscrição)** - Rute Alonso, gerente de relações institucionais,
852 comunica que estão feitos os últimos ajustes para disponibilização do autosserviço na
853 página do CRP SP para inscrição on-line de pessoas físicas, reativação, alteração de
854 inscrição provisória para definitiva e declaração simples (sem incluir título de
855 especialista). Será monitorada a adaptação das psicólogas e equipe do atendimento.

856 **7.5) CRP Acolhe** – Em reunião do GT CRP Acolhe com a participação de Rute Alonso
857 e das conselheiras Mônica, Lilian, Ione e Maria da Glória para fazer avaliação do
858 mutirão para as reuniões do CRP Acolhe e propor os próximos passos para 2023.
859 Apesar de ter sido solicitado o retorno presencial para essas reuniões, avaliou-se que
860 neste momento, devido ao volume represado de psicólogas/os que precisam passar
861 pelo CRP Acolhe, propôs-se manter os mutirões até o final de março e reavaliar a
862 proposta no mês de abril de 2023. No próximo dia 30 será realizada avaliação de todo
863 o material utilizado, tempo e roteiro. Já nos dias 02/02 (18 às 20) e 03/02 (10h às 12h)
864 acontecerá capacitação para conselheiras no intuito de padronizar as informações,
865 sendo também aberta às gestoras. A capacitação será gravada para quem não puder
866 participar. As inscrições para o CRP Acolhe estarão disponíveis a partir de 6 de
867 fevereiro. Sobre os mutirões, pede-se a colaboração das/os conselheiras/os para se
868 inscrever na planilha que será disponibilizada. Quanto mais conselheiras/os se
869 inscreverem, amplia-se o trabalho. Consideração das/os pessoas presentes: O
870 conselheiro Davi sugere os slides sejam revistos para tornar a apresentação mais
871 objetiva e com menor tempo e pede para participar da próxima reunião do GT.
872 Questiona-se porque não são utilizadas duas modalidades de reunião, tanto virtual
873 quanto presencial. A modalidade presencial amplia o contato com colaboradoras,
874 sendo momento rico de conhecer, construir estabelecer relações com os territórios.
875 Rute confirma que o GT estuda inserir a modalidade presencial, mas, neste momento,
876 avaliou-se que seria mais interessante manter a proposta do mutirão para reuniões
877 virtuais, considerando a quantidade de psicólogas que aguardam as reuniões e
878 também das estruturas das Subsedes com auditórios que não comportam muitas
879 pessoas, além de necessidades de reparos dos espaços em alguns casos. No mês
880 de abril pretende-se discutir a retomada de reuniões de presenciais, com a proposta
881 de serem realizadas uma vez por mês. **7.6) Inquérito Civil do MPT TAC 2005 (multa)**
882 **- Estratégia adotada para nossa Defesa** – A conselheira presidenta, Talita Fabiano
883 de Carvalho, expõe que será mantida a estratégia de diálogo com o MPT. Ana Paula
884 Ribeiro, Coordenadora de Gestão Administrativa, compreende que a definição sobre
885 a contratação de terceirizadas/os cabe à gestão do CRP SP, não sendo competência
886 do MPT essa análise. Porém, expõe que anteriormente à proposta de diálogo com
887 MPT, é necessário verificar se a atual assessoria jurídica, o escritório do Dr. Paulo
888 Hamilton Siqueira Jr., tem ou não conflito de interesse para apresentar defesa ou se

889 manifestar neste inquérito, lembrando que o ponto fundamental, em que sugere a
890 aplicação de multa, é exatamente a terceirização de serviços jurídicos e, atuando em
891 defesa do CRP SP nesta causa, há possibilidade de entendimento de que,
892 indiretamente, estaria advogando em causa própria. Por esse motivo ponderou-se
893 consultar bancas de escritório jurídicos isentos. Consultou-se escritórios que são
894 referências tanto estatualmente como nacionalmente: 1) Manesco Ramires e Peres;
895 2) escritório Galposo; 3) Marcos Carossano e 4) Marcelo Figueiredo. O primeiro
896 composto por professores da USP e os três seguintes por professores da PUC-SP.
897 No entanto, devido ao recesso forense (20 de dezembro de 2022 a 20 de janeiro
898 2023), as respostas foram emitidas após a segunda semana de janeiro. Dos quatro
899 escritórios contatados, apenas dois responderam, sendo o menor preço, de
900 R\$90.000,00 (noventa mil reais) apresentado pelo escritório do Dr. Marcos
901 Carossano. Assim, encontra-se em preparação o processo de contratação desse
902 escritório que elaborará parecer. Quanto ao MPT, no dia 13, solicitou-se reunião, no
903 mesmo dia recebemos como resposta que o promotor efetivo estava em férias,
904 retornando na próxima segunda-feira. A estratégia de defesa que será apresentada
905 ao MPT é de que o CRP SP não é réu, por não ter feito nada errado. Nesse sentido,
906 pretende-se dialogar com o MPT, elucidando que o Conselho é sensível ao
907 apontamento, no entanto, enquanto gestão responsável, é importante fazer um estudo
908 de dimensionamento que pode apontar que a terceirização na atividade meio (serviços
909 advocatícios) é mais vantajosa ao CRP SP por não onerar a folha de pagamento,
910 restando-lhe recursos para a atividade fim. Neste sentido, o CRP SP almeja, a partir
911 deste diálogo com o MPT conseguir um prazo para a realização deste estudo de
912 dimensionamento de equipe. Consideração das/os presentes: 1) Indaga-se se a
913 contratação de serviços jurídicos foi o ponto exclusivo do MPT para a aplicação de
914 multa. 2) Ana Paula Ribeiro explica que o cálculo da multa ainda não foi aplicado, mas
915 a multa foi indicada, basicamente, por contratação de escritório jurídico e de outros
916 cargos que foram contratados sem concurso nos últimos tempos. 3) Aponta-se a
917 necessidade de conversa do Plenário sobre a questão, uma vez que mesmo após a
918 notificação do MPT ainda foram contratados terceirizados e que, as modalidades de
919 contratação, de trabalhadores de carreira ou não, é também um posicionamento
920 político. 4) A conselheira presidenta, Talita Fabiano de Carvalho, contrapõe que a
921 nova estrutura organizacional está se adequando e atendendo à Termo de

922 Ajustamento de Conduta (TAC) à medida que são convocadas/os trabalhadoras/es
923 por concurso e com o fim de contratos temporários. 5) Pergunta-se sobre o objeto de
924 contratação do Dr. Paulo Hamilton e o conselheiro Murilo Centrone, que compôs a
925 comissão de Licitação na gestão passada, responde que ele venceu as últimas
926 licitações. Deste último contrato, participaram três empresas da licitação e esse foi o
927 escritório vencedor. Elucida que, na ocasião, foi contratada assessoria para
928 preparação do termo de referência. 6) O Plenário questiona qual a recomendação
929 caso o parecer aponte que o escritório do advogado Paulo Hamilton Siqueira. Jr. não
930 possa atuar neste processo. 7) Ana Paula Ribeiro expõe que existe um contrato
931 firmado por meio de concorrência pública vigente até outubro e que gera obrigações
932 e direitos para ambas as partes. Retoma que este parecer, acima citado, que será
933 preparado, versa unicamente sobre atuação do escritório de Paulo Hamilton Siqueira
934 Jr. no processo do MPT sobre o TAC, de 2005. Caso no parecer seja apontado que
935 o Dr. Paulo Hamilton não poderá fazer a defesa, por conflito de interesses, o CRP SP
936 dialogará com o Ministério Público do Trabalho pedindo um prazo razoável de
937 suspensão para a contratação emergencial exclusivamente para essa defesa. Nesse
938 prazo, será possível também elaboração de um estudo de dimensionamento para
939 verificar se é preferível ter corpo próprio de advogados ou se manteremos
940 terceirizados para serviços jurídicos. Quanto à questão da vantajosidade, no direito
941 tal termo não se refere à econômica em si, mas também à questão qualitativa das
942 defesas. Talvez um ou dois advogados concursados não tenham a expertise para
943 fazer defesas muito específicas do CRP SP. **7.7) Publicação de Resoluções do**
944 **CFP** – A conselheira Talita Fabiano de Carvalho informa o Plenário sobre a publicação
945 de novas Resoluções pelo CFP: **i. Resolução CFP n. 30, de 2022** (institui o Censo
946 da Psicologia Brasileira e dá outras providências) - O CFP encaminhou o Ofício-
947 Circular nº 309/2022/GTec/CGEST-CFP, informando sobre a publicação da
948 Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022, que institui o Censo da Psicologia
949 Brasileira como instrumento para acompanhar e monitorar as transformações no
950 exercício profissional da psicologia e subsidiar decisões do Conselho Federal de
951 Psicologia (CFP). **ii. Resolução n. 31, de 15 de dezembro de 2022** (Estabelece
952 diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da
953 psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos
954 - SATEPSI e revoga a Resolução CFP nº 09/2018) - O CFP encaminhou o Ofício-

955 Circular nº 310/2022/GTec/CGEST-CFP, informando sobre a publicação da
956 Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022, que estabelece diretrizes para a
957 realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do
958 psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e
959 revoga a Resolução CFP nº 09/2018, no DOU dia 16 de dezembro. Informa-se que tal
960 atualização se fez necessária para cumprir o acórdão do STF referente à ADI 3481,
961 contemplando a supressão do art. 16 e outros termos referentes a comercialização de
962 testes e incluir o Anexo II para definir os requisitos mínimos obrigatórios para estudos
963 de equivalência de testes de aplicação/correção informatizada e on-line. Outras
964 alterações no texto da resolução foram feitas para adequá-lo à técnica legislativa. **iii.**
965 **Resolução CFP n. 32, de 15 de dezembro de 2022** (Institui o Prêmio Profissional
966 "Sylvia Leser de Mello: Práticas Inovadoras no exercício da Psicologia") - O CFP
967 encaminhou o Ofício-Circular CFP nº 311/2022, informando sobre a publicação da
968 Resolução CFP nº 32, de 15 de dezembro de 2022, que Institui o Prêmio Profissional
969 "Sylvia Leser de Mello: Práticas Inovadoras no exercício da Psicologia", que será
970 realizado anualmente para atender aos seguintes objetivos: I - identificar, valorizar e
971 divulgar estudos e experiências de psicólogas e psicólogos que se caracterizem como
972 avanços inovadores em termos de produção de conhecimento nos diversos campos
973 da Psicologia; e II - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de modelos,
974 procedimentos e técnicas envolvidos na atuação profissional que possam indicar
975 caminhos para o aprofundamento da construção de conhecimento científico inovador
976 e do compromisso social da Psicologia. Os Documentos citados nos subitens acima
977 (Ofícios-Circularres CFP nº 309/2022/GTec/CGEST-CFP, nº 310/2022/GTec/CGEST-
978 CFP e nº 311/2022) foram divulgados ao plenário e Comissões Gestoras, por e-mail,
979 em 04 de janeiro de 2023. **7.8) Encaminhamentos da APAF de dezembro de 2022**
980 - O CFP encaminhou o Ofício-Circular nº 313/2022/SE/CG-CFP, pelo qual informam
981 o link para acesso às deliberações da APAF de dezembro de 2022. As deliberações
982 foram divulgadas com o plenário e Comissões Gestoras, por e-mail, em 04 de janeiro
983 de 2023. **7.9) Planejamento Estratégico** – Apresenta-se as etapas já realizadas do
984 Planejamento Estratégico: 1ª Etapa realizada em 26 de novembro de 2022 para tratar
985 dos objetivos e resultados esperados da gestão; 2ª Etapa destinada à escuta de
986 trabalhadoras sobre prioridades de 2023 (realizada por meio de reuniões entre janeiro
987 e fevereiro). Sugere-se que a 3ª Etapa, na qual serão discutidas as instâncias

988 políticas, seja realizada nos dias 25 e 26/02/2023. Na 4ª Etapa, a ser realizada no dia
989 11 de março, serão elaborados os planos de ação; 5ª Etapa, ainda em março, para
990 planejamento interno das áreas e 6ª Etapa para conclusão do planejamento da
991 execução orçamentária. **VIII) ALTERAÇÃO DE CALENDÁRIO** – Indica-se a
992 supressão da Plenária Ordinária de Planejamento Estratégico que seria realizada nos
993 dias 11 e 12 de fevereiro, mantendo-se as Plenárias Éticas e de Julgamento
994 agendadas para o dia 10/02/2023 (sexta-feira). Para o dia 11/02, seria realizada
995 Plenária Ordinária, de forma on-line, mas para discussão de pontos de pauta, e não
996 do Planejamento Estratégico. A Plenária de Planejamento Estratégico seria realizada
997 em 25 e 26 de fevereiro de 2023. Mas, podem definir se essa Plenária seria realizada
998 de forma on-line ou presencial. Talita Fabiano de Carvalho destaca que a Plenária
999 não deve ser de forma híbrida, pois não possuem condições de oferecer uma plenária
1000 nesta modalidade. Podem seguir a lógica desta Plenária, onde parte das/os
1001 conselheiras/os estão na sede, utilizando um mesmo computador para conectar-se,
1002 mas que, ainda assim, não a caracteriza como híbrida. Cita que, a definição por híbrida
1003 não faria sentido, porque poderia ser aplicada a qualquer plenária, onde aqueles que
1004 não pudessem participar presencialmente, poderiam se conectar. Mas, não é esse o
1005 caso, se a plenária é presencial, ela é exclusivamente assim. Considerações do
1006 plenário: 1) Ione Aparacida Xavier sugere que a plenária de 11/02/2023 seja realizada
1007 de forma presencial. 2) Talita Fabiano de Carvalho pontua que, caso a escolha seja
1008 que essa plenária seja realizada de forma presencial, que as/os conselheiras/os
1009 precisarão vir duas vezes à capital em fevereiro para participar das plenárias. 3) Murilo
1010 Centrone Ferreira manifesta que a presente plenária está ocorrendo de forma híbrida,
1011 uma vez que algumas/uns conselheiras/os estão reunidas presencialmente na sede,
1012 enquanto as/os demais estão à distância. 4) Talita Fabiano de Carvalho explica que
1013 não existem atividades híbridas atualmente no CRP SP, uma vez que não existem
1014 condições técnicas para que seja dessa forma. Assim, as atividades são presenciais
1015 ou remotas. 5) Lilian Suzuki acrescenta que aqueles que estão participando da
1016 plenária a partir da sede do CRP SP, o estão porque não teriam tempo hábil de
1017 retornar aos seus territórios a tempo desta plenária ou porque se solidarizaram com
1018 esses e também vieram ao CRP SP para acompanhar esta atividade. 6) Camila
1019 Prandini Prandini desta que fizeram encontro com colaboradoras/es da Metropolitana
1020 e que o mesmo se deu de forma híbrida. Várias pessoas participaram de forma on-

1021 line e várias outras de forma presencial. Destaca que foi possível realizar a atividade
1022 dessa forma. Assim, questiona se, realmente, não há meios de realizar. 7) Talita
1023 Fabiano de Carvalho pontua que tecnicamente, em termos de disponibilidade, método
1024 e justiça, não há como realizar dessa forma. Esbarram em problemas técnicos e
1025 acabam prejudicando a participação daqueles que estão remotamente. 8) Ione
1026 Aparecida Xavier, diante das elucidações, sugere que não sejam mais realizadas
1027 reuniões da forma como está ocorrendo neste momento. Destaca que todas as
1028 reuniões da COF têm sido realizadas de forma híbrida e acontecem de forma natural.
1029 Assim, diante do exposto hoje, fica confusa sobre a real não possibilidade de fazer.
1030 9) Dreyf de Assis Gonçalves pondera que haviam definido que somente a plenária
1031 realizada nesta data seria on-line, em razão da data. Mas, que todas as outras seriam
1032 presenciais. Compreende a necessidade de alterações, mas, quanto mais mudar,
1033 menos poderá participar. 10) Ana Marques compreende que podem surgir outras
1034 situações em que haja a necessidade de fazer a plenária de forma on-line. Enquanto
1035 pessoa surda, prefere as atividades presenciais, porque o acompanhamento fica
1036 facilitado. 11) Davi Rodriguez Ruivo Fernandes indica que estão levantando a
1037 possibilidade de realizar a Plenária Ordinária para discussão de pontos de pauta em
1038 fevereiro e que a mesma somente poderia ocorrer ou totalmente presencial ou
1039 totalmente remota, sendo que a maioria das/os conselheiras/os tem preferência de
1040 que a mesma seja realizada de forma remota. A respeito das demais atividades do
1041 CRP SP, entende que cada Comissão deve avaliar, com suas coordenações,
1042 organizando a questão. Ainda, que, considerando o horário, devem pactuar o que
1043 será repautado, pois muitos não poderão continuar nesta plenária. 12) Lilian Suzuki
1044 pontua a necessidade de cumpram os horários acordados, de modo que possibilite a
1045 participação de todas/os. **Encaminhamento:** Aprovada a alteração do calendário a
1046 saber: no dia 11/02/2023, realização de Plenária Ordinária, que será realizada de
1047 forma on-line, considerando a maior possibilidade de participação das conselheiras/os
1048 do interior. Nos dias 25/02 e 26/02/2023 (sábado e domingo) será realizada a Plenária
1049 Ordinária de Planejamento Estratégico. As demais plenárias agendadas não sofreram
1050 alterações de data, mas seguem as numerações subsequentes. **IX) PLENÁRIA**
1051 **EXTRAORDINÁRIA** – Considerando o horário da presente sessão, próximo ao
1052 horário do teto para o seu término, foi sugerido o agendamento de plenária
1053 extraordinária para discutir os pontos remanescentes. **Encaminhamento:** Agendada

1054 Plenária Extraordinária no dia 26/01/2023, às 18h, para discutir: 1) Informes
1055 remanescentes 1.1) Proposta de Acordo para a Audiência do Dissídio 2022; 1.2)
1056 Pedido de extensão de Licença da PAT de Campinas (alinhar Plenária Extraordinária);
1057 2) Resolução sobre redução de encargos para anuidades vencidas há mais de dois
1058 anos; 3) Comissão de Ética e 4) Congresso Ulapsi. Nada mais havendo a tratar, a
1059 senhora conselheira presidenta Talita Fabiano de Carvalho deu por encerrada a
1060 sessão às dezessete horas e quinze minutos, da qual eu, conselheira secretária, Lilian
1061 Suzuki, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada. São Paulo, 21 de
1062 janeiro de 2023.

Ana Tereza da Silva Marques

Camila Andrade de Oliveira

Camila Prandini Prandini

Davi Rodriguez Ruivo Fernandes

Dreyf Assis Gonçalves

Eduardo de Menezes Pedroso

Fabiana Macena Luiz

Gabriela Alvim de Oliveira Freitas

Giseli de Fátima Assoni

Ione Aparecida Xavier

Janáina Darli Duarte Simão

Leonardo Maggi Gambatto

Lilian Suzuki

Luciane de Almeida Jabur

Magna Barboza Damasceno

Maria da Gloria Calado

Maria da Piedade Romeiro de Araujo
Melo

Monica Cintrão França Ribeiro

Talita Fabiano de Carvalho

Wilson Flávio Lourenço Nogueira

Marta Eliane de Lima

Murilo Centrone Ferreira

Tayná Alencar Berti de Souza